

Miro quer abrir mão de imunidade para que economista o processe

O deputado Miro Teixeira, vice-líder do PDT no Rio de Janeiro, disse que abre mão de sua imunidade parlamentar para que a economista Zélia Cardoso de Mello, principal assessora de economia do candidato do PRN a presidente da República, Fernando Collor de Mello, o processe por calúnia, como ameaçou em entrevista à imprensa.

Partiu de Miro a denúncia de que a empresa de consultoria da qual Zélia é sócia — ZLC Consultores Associados S/C Ltda. — fez contrato no valor de US\$ 500 mil com o governo de Fernando Collor em Alagoas, sem licitação pública, sem produzir um só documento para a secretaria que a contratou, a de Fazenda, e sem prestar contas dos pagamentos.

Após a denúncia, Zélia distribuiu nota em que procurou provar que não havia necessidade de licitação para a assinatura do contrato. Informou que tinha recebido US\$ 56 mil e que o contrato havia sido rescindido em outubro do ano passado, por causa das dificuldades financeiras do governo de Alagoas.

Miro, em seguida, declarou que Zélia estava mentindo: a rescisão do contrato tinha data de abril de 89 e não de outubro de 88. Zélia novamente se explicou: de fato a rescisão formal foi em abril de 89, mas o contrato e o pagamento de seu trabalho estavam suspensos desde outubro de 88. Zélia afirmou que tinha vontade de processar Miro por calúnia, mas a imunidade parlamentar do deputado a impedia.

“Vejo na ameaça”, afirmou Miro, “uma mera tentativa de intimidação partida de Fernando Collor, que tem o hábito de intimidar seus adversários. Quero reafirmar os pontos que apresentei e desafio qualquer jurista a evidenciar a prática de calúnia, diante dos documentos apresentados”.